

mal estudado? Há alguma explicação satisfatória para a explosão da influência da extrema-esquerda? Faltam sobretudo sistematizações quantitativas e territorialmente especificadas que nos permitam esclarecer o impacto social e geográfico de cada processo e elaborar um mapa, por exemplo, da sequência de substituição das autoridades locais, da implantação de cada partido ou do surgimento das novas elites políticas locais ou das mobilizações populares. Como se diz na gíria dos consultores políticos, as fraquezas podem ser transformadas em oportunidades.

DIEGO PALACIOS CEREZALES

Geoffrey Evans (ed.) (1999), **The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context**, Oxford, Oxford University Press.

Historicamente, a política competitiva nas sociedades modernas estruturou-se a partir de linhas de clivagem social que dividiam (e dividem, embora em menor medida) as diferentes sociedades¹. Ou seja, as

¹ V. S. Lipset e S. Rokkan (1992 [1967]), «Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos dos eleitores», in S. Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, pp. 161-259.

sociedades modernas encontram-se estruturalmente divididas segundo determinados eixos de diferenciação, variáveis segundo as formações sociais concretas, e estes forneceram bases fundamentais não só para a formação dos sistemas partidários das democracias modernas, como para a arregimentação dos eleitores por parte dos partidos políticos. Note-se, contudo, que a transformação das clivagens sociais em clivagens políticas nunca foi automática, antes dependeu dos percursos históricos concretos das diferentes sociedades, da interação/sobreposição/cruzamento das diferentes clivagens sociais e, sobretudo, da politização destas por parte dos partidos políticos e das organizações sociais².

Das várias linhas de clivagem supramencionadas, a diferenciação capital-trabalho foi a que mais tardiamente teve expressão política, com a entrada dos partidos representativos da classe operária na arena parlamentar. Todavia, pelo menos a partir daí, a estratificação com base na estrutura de classes sociais tornou-se um factor fundamental para explicar o aparecimento e a consolidação dos sistemas partidários na esmagadora maioria das democracias modernas, tal como os conhecemos hoje, bem como para explicar as lealdades dos cidadãos face aos partidos políticos, nomeadamente em matéria de sentido de voto.

² Id., *ibid.*, e André Freire (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta.

Contudo, segundo vários autores, pelo menos desde os anos 1970 que a importância política da clivagem de classe, bem como de outras linhas de clivagem estrutural, tem declinado nas democracias modernas³. Aliás, segundo os autores do livro em análise, *The End of Class Politics?*, a ideia de um declínio da importância da estratificação social para estruturar a política eleitoral nas sociedades actuais tornou-se uma espécie de «nova ortodoxia». Geoffrey Evans recenseou os vários argumentos apresentados como explicativos do declínio do voto de classe nas sociedades industriais modernas⁴. Primeiro, o «aburguesamento» da classe operária e a «proletarização» dos colarinhos-brancos, bem como o forte crescimento da mobilidade social. Segundo, o aparecimento de «novas clivagens» características das sociedades pós-industriais. Terceiro, por causa do aumento nos

níveis de educação e «mobilização cognitiva», os eleitores tomam as suas decisões menos em função de identidades colectivas (de classe, etc.) e mais em função de posições face aos temas políticos e à avaliação da conjuntura. Quarto, os valores, nomeadamente a divisão entre materialistas e pós-materialistas, estão cada vez mais a tornar-se uma base importante das decisões eleitorais e, ao cortarem transversalmente as diferentes classes sociais, estão a esbater os efeitos da clivagem de classe. Quinto, com a contracção do peso da classe operária nas estruturas sociais, os partidos de esquerda têm vindo a moderar os seus apelos classistas e, por isso, a base para um voto de classe também se esbate significativamente.

O livro organizado por Geoffrey Evans, e com artigos de eminentes especialistas da sociologia política e da sociologia das classes sociais, pretende precisamente problematizar a ideia da existência de um declínio generalizado do voto de classe nas democracias modernas. Esta problematização assenta em três eixos fundamentais da investigação desenvolvida no livro.

Primeiro, os autores utilizam uma tipologia de classes sociais bastante mais diferenciada do que aquela que os defensores da ideia do declínio do voto de classe geralmente fazem. Ou seja, enquanto estes têm geralmente analisado o voto de classe por recurso a uma classificação dicotómica da estrutura de classes (classes médias/ocupações não manuais *versus*

³ V., por exemplo, Mark Franklin *et al.* (orgs.) (1992), *Electoral Change: Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, Cambridge, Cambridge University Press, R. Inglehart (1971), «The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies», in *American Political Science Review*, LXV (4), pp. 991-1017, id. (1990 [1987]), «From class-based to value-based politics», in P. Mair (org.), *The West European Party System*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 266-284, T. N. Clark e S. M. Lipset (1991), «Are social classes dying?», in *International Sociology*, 6, pp. 397-410, e J.-E. Lane e S. Ersson (1994), *Politics and Society in Western Europe*, Londres, Sage, p. 94.

⁴ Geoffrey Evans (ed.), *The End of Class Politics?*, cit., pp. 6-7.

trabalhadores/ocupações manuais), os autores do livro em análise utilizam a tipologia de classes desenvolvida por Erikson e Goldthorpe⁵, em versões mais ou menos diferenciadas, consoante os artigos. O argumento central nesta matéria é o de que a medição do declínio do voto de classe através de uma classificação dicotómica (manual *versus* não manual) e do índice de Alford (percentagem de trabalhadores manuais que votam nos partidos de esquerda menos a percentagem de trabalhadores não manuais que votam nos partidos de esquerda) pode obscurecer a análise do fenómeno. Por um lado, porque cada um dos pólos da dicotomia ocupacional é composto de diferentes segmentos e, por isso, o resultado agregado pode traduzir situações muito díspares em cada um dos segmentos. Por outro lado, o declínio do voto de classe medido através do índice de Alford pode resultar mais do declínio sistemático do peso relativo de determinada(s) classe(s) na estrutura social e/ou da votação em determinados partidos do que propriamente da perda de especificidade do comportamento eleitoral de determinados grupos sociais. Para superar as deficiências do índice de Alford utilizam-se outros indicadores do voto de classe: índices Thomsen (*log odds ratio*), Kappa e Delta, bem como o modelo da «diferença uniforme»⁶.

⁵ V. R. Erikson e J. Goldthorpe (1992), *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.

⁶ Geoffrey Evans (ed.), *op. cit.*, pp. 28-30.

Segundo, ao contrário das análises tradicionais do declínio do voto de classe, que assentam geralmente numa classificação dicotómica das preferências políticas (esquerda *versus* direita), os autores do presente livro recorrem a classificações mais finas que pretendem fazer melhor justiça à diversidade da oferta partidária nas democracias modernas e que são mais adequadas para aferir eventuais processos de realinhamento.

Terceiro, a utilização de técnicas estatísticas adequadas para medir o impacto de variáveis explicativas (qualitativas ou quantitativas) sobre variáveis dependentes qualitativas (dicotómicas ou não): os modelos *log-linear*.

O livro está estruturado em treze capítulos, escritos geralmente por diferentes autores. Descontando a introdução e a conclusão, assinadas por G. Evans, os restantes capítulos incluem geralmente estudos de caso sobre a Grã-Bretanha, os EUA, a França, a Alemanha, a Noruega, a Suécia⁷, a República Checa e a Rússia. Um único capítulo (2) apresenta uma estratégia essencialmente comparativa. Assinado por P. Nieuwbeerta e De Graaf, este estudo analisa a evolução do voto de classe em vinte democracias ocidentais desde o anos 1940, democracias do Sul da Europa incluídas. Antes da conclusão há um capítulo em que eminentes sociólogos (M. Hout e J. Goldthorpe) e cientistas políticos (P. Mair e S. M.

⁷ No capítulo sobre a Suécia, a variável dependente não é o voto, mas sim determinadas atitudes (políticas) face ao papel do Estado-Providência.

Lipset) discutem os resultados encontrados nos capítulos precedentes.

Os resultados apresentados são díspares. Nos dois artigos referentes às novas democracias da Europa de Leste a evidência empírica aponta para um claro aumento do voto de classe no período democrático. Na Alemanha pode falar-se mais numa estabilização do padrão de voto de classe tradicional, embora haja uma maior propensão para as profissões científicas e técnicas (*professionals*) votarem à esquerda. Também em França se pode falar de uma certa estabilização do voto de classe, embora marcada por pronunciadas oscilações erráticas (*trend less fluctation*) entre os anos 1950 e 1990. No capítulo sobre a Noruega, tal como em estudos citados na conclusão e referentes à Suécia, há claramente um declínio do voto de classe. Noutros países, sobretudo nos EUA, mas também na Grã-Bretanha (artigos assinados por D. Weakliem e A. Heath), há um declínio do voto de classe tradicional, embora não linear (Grã-Bretanha), mas não uma perda de importância da classe social para explicar o voto⁸. Nesta matéria vale a

⁸ No caso da Grã-Bretanha, em matéria de voto de classe tradicional, o quadro muda de figura consoante se tome como ponto de partida a década de 1940 ou a de 1950. Entre 1940 e 1950 houve um grande aumento do voto de classe e, por isso, se tomarmos 1940 como ponto de partida, não há declínio da importância da estratificação para explicar o voto. Todavia, de 1950 em diante houve um claro declínio, embora não linear [v. Geoffrey Evans (ed.), *The End of Class Politics?*, cit., p. 296].

pena introduzir dois conceitos avançados por M. Hout, J. Manza e C. Brooks no artigo sobre os EUA⁹.

Primeiro, voto de classe (*class voting*). Ou seja, a existência de um padrão classista no voto, que não tem necessariamente de ser o tradicional alinhamento dos operários à esquerda e das classes mais favorecidas à direita. Ou seja, só com os processos de desalinhamento classista há uma perda de importância da classe para explicar o voto. Pelo contrário, se, por exemplo, os operários passassem a votar consistentemente à direita e as classes mais favorecidas à esquerda, tal não implicaria uma perda de importância da classe para explicar o voto (desalinhamento), mas sim um processo de realinhamento. É precisamente isto que se tem verificado nos EUA, com os operários a verem esbatida a sua tradicional propensão para votarem no Partido Democrata e os indivíduos das profissões científicas e técnicas a tenderem a votar cada vez mais naquele partido.

Em segundo lugar, política de classe (*class politics*). Só neste caso se considera que determinadas classes sociais têm determinados alinhamentos/partidos preferenciais, por exemplo, os partidos de esquerda no caso dos operários, e perante o desaparecimento ou o esbatimento dessa ligação «natural» poder-se-á falar de um declínio da política de classe. É precisamente este fenómeno que se verifica nos EUA.

⁹ Geoffrey Evans (ed.), *op. cit.*, p. 86. 889

Mas o livro apresenta também resultados e conclusões contraditórios. Por exemplo, P. Nieuwbeerta e De Graaf (capítulo 2) documentam um declínio do voto de classe tradicional (política de classe) em quase todos os vinte países analisados¹⁰, excepto Portugal e a Grécia, embora em muitas nações a tendência não seja estatisticamente significativa. Estes dados e conclusões contrariam aqueles que foram encontrados por J. Golthorpe (capítulo 3, Grã-Bretanha) e D. Weakliem e A. Heath (capítulo 5, EUA, Grã-Bretanha, França; capítulo 11, reavaliação metodológica da evolução do voto de classe nos casos dos EUA e da Grã-Bretanha). Nestes últimos estudos de caso, o declínio do voto de classe é praticamente inexistente (França) ou evidencia a inexistência de uma verdadeira tendência/*trend less fluctation* (Grã-Bretanha) ou ainda processos de realinhamento (EUA).

Na conclusão, G. Evans procura desfazer ou esclarecer aquelas contradições. Na conclusão do capítulo 2, P. Nieuwbeerta e De Graaf consideram ter encontrado evidência de um declínio generalizado do voto de classe, mesmo se há algumas (poucas) excepções e se em muitos casos o indicador de tendência não é estatisticamente significativo¹¹. Portanto, estes dados apontam para a pertinência de uma explicação estrutural do declínio do voto de classe

tradicional: uma tendência linear, traduzindo uma perda sistemática e gradual da importância da classe social como preditor do voto.

Todavia, Geoffrey Evans considera que esta explicação sociológica do declínio do voto de classe está longe de ser adequada e que os resultados de P. Nieuwbeerta e De Graaf são bastante limitados, fundamentalmente por duas razões¹². Primeiro, os dados destes autores assentam em séries muito curtas para a maior parte dos países: em apenas dez casos a série cobre dez ou mais anos; em apenas cinco países a série cobre vinte ou mais anos; em muitas nações a série é coberta por apenas um (França e Bélgica) ou dois (Finlândia e Irlanda) inquéritos. Tendo em conta o carácter muitas vezes oscilante do voto de classe, poderá estar a tomar-se uma flutuação de curto prazo por uma tendência de longo prazo.

Segundo, a classificação das preferências políticas em esquerda *versus* direita no estudo de P. Nieuwbeerta e De Graaf reduz arbitrariamente a diversidade política nos diferentes países e dificulta a análise de eventuais processos de realinhamento.

Para G. Evans não se pode falar num declínio generalizado do voto de classe essencialmente por dois motivos. Primeiro, porque há vários países em que a situação aponta em sentido diverso. Segundo, em muitos países a situação é mais de flutuações sem tendência: oscilações

¹⁰ Qualquer que seja o indicador do voto de classe utilizado.

¹¹ Geoffrey Evans (ed.), *op. cit.*, pp. 47-49.

¹² *Id.*, *ibid.*, pp. 324-327.

erráticas. Por causa desta última característica, será mais adequada a explicação das oscilações do voto de classe como resposta aos estímulos políticos (modificações no perfil da oferta partidária) do que como resultado de uma mudança social estrutural, a qual seria apenas adequada caso se verificasse um declínio sistemático e gradual, para além de generalizado. Ora tal não se verifica.

O paradoxo é que o único capítulo (5) onde são testados os efeitos das mutações na oferta partidária sobre o comportamento dos eleitores revela resultados que nem sempre têm significado estatístico. Daqui conclui Evans pela necessidade de se especificar melhor em que condições a polarização ideológica pode ter efeito sobre o voto de classe.

Portanto, as duas principais conclusões do estudo são: primeiro, a de que não há um declínio generalizado do voto de classe nas democracias ocidentais; segundo, a de que a evolução do voto de classe responde tanto ou mais a estímulos políticos do que a efeitos sociais. Daqui decorre que as classes sociais não tendem necessariamente a «morrer» como preditores do voto, embora também nunca tenham tido a importância que os estudos tradicionais lhes atribuíam, e que os partidos políticos tiveram e têm um papel determinante nesta matéria.

Este livro afigura-se-me como uma obra crucial em matéria do impacto da estratificação social na política. Primeiro, pela sua grande solidez teórica e metodológica. Segundo, por vir questionar a «nova ortodoxia»

através de um uso muito cuidado e sofisticado de abundante evidência empírica, demonstrando, nomeadamente, a enorme complexidade do fenómeno.

Mas este estudo apresenta também limitações. Primeiro, apesar da complexidade técnica das análises, não há um apêndice metodológico que torne o estudo mais acessível aos leitores menos versados nas técnicas estatísticas usadas, muitas delas pouco correntes. Segundo, como afirma Peter Mair no capítulo de debate, a limitada ênfase comparativa do estudo, muito centrado nos países do Norte da Europa, dificulta grandes generalizações das conclusões. Terceiro, a limitação anterior, bem como as contradições de resultados entre pelo menos alguns dos capítulos, mostram que há ainda muito por fazer em matéria do estudo do impacto das clivagens sociais sobre o voto.

ANDRÉ FREIRE

Lourenzo Fernández Prieto (dir.), **Terra e Progreso. Historia Agraria da Galicia Contemporânea**, Vigo, Ediciónes Xerais de Galicia, 2000, 552 páginas.

Desde os anos 70 que a história agrária é uma das áreas de investiga-